



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ROBÉRIA CORDEIRO SILVESTRE

**Militância, resistência e embates sócio-políticos do gênero feminino nos
anos da Ditadura Militar no Brasil**

Maceió

2019

ROBÉRIA CORDEIRO SILVESTRE

Militância, resistência e embates sócio-políticos do gênero feminino nos anos da Ditadura Militar no Brasil

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Humanas Comunicação – ICHCA da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Michelle Reis

**Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB4 - 661

S587m Silvestre, Robéria Cordeiro.
Militância, resistência e embates sócio-políticos do gênero feminino nos anos da ditadura militar no Brasil. – 2019.
52 f. : il. color.

Orientador: Michele Macedo Reis.
Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 49-52.

1. Brasil – História – 1964-1985. 2. Ditadura – Brasil – 1964-1985. 3. Mídia. 4. Mulheres militantes. 5. Feminismo. 6. Resistência. I. Título.

CDU: 94(81)“1964/1985”-055.2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "Militância, resistência e embates sócio-políticos do gênero feminismo nos anos da Ditadura Militar no Brasil elaborada(o) por **Robéria Cordeiro Silvestre** e aprovado por todos os membros da Banca Examinadora, cumprindo as exigências para obtenção do título de Licenciatura em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.(a) Michelle Reis de Macedo
Orientador (a):

Prof.(a) Felipe Roberto Soares Sousa
1º Examinador (a):

Prof.(a) [Assinatura]
2º Examinador (a):

Maceió, Alagoas
20/03/2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, por ter batalhado comigo ao meu lado nos momentos mais difíceis na construção do mesmo. A minha família por essa conquista, em especial a minha mãe Maria José Cordeiro que sempre esteve ao meu lado, dando forças e acreditando que eu chegaria a essa etapa da vida. Aos meus amigos e amigas que sempre estiveram presentes direta ou indiretamente em todos os momentos de minha formação. E a todas as mulheres que lutaram e lutam para que sua presença e seus valores sejam cada vez mais reconhecidos em meio à sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, sob a ótica do cristianismo, por ter sido meu amparo e refúgio durante toda a graduação, além de me proporcionar as forças físicas e espirituais necessárias para suportar os desafios que enfrentei ao longo desta jornada.

A família e amigos que nunca desistiram de mim, mesmo em meio às dificuldades, vindo de perto cada batalha enfrentada. Inspiraram-me e incentivaram na realização e conclusão deste trabalho. O que me tornou feliz e realizada neste quesito.

Deixo minha gratidão especial a minha orientadora, professora Michelle Macêdo Reis, pelo apoio, conhecimento, carinho, atenção e principalmente pela paciência que teve com relação as minhas limitações.

A instituição (UFAL) deixarei duas palavras: saudade e gratidão. Saudade porque um ciclo importante de minha vida está se encerrando, e Gratidão por ela ter me recebido de braços abertos me proporcionando todo o aparato básico para que eu atingisse a meta proposta da graduação.

Por fim, agradeço ao corpo docente específico da Licenciatura em História da UFAL, pois, foram os responsáveis por me fazer acreditar que esse sonho era possível. Além da excelência na didática e no conteúdo compartilhado durante estes valiosos anos na academia, ensinaram e testemunharam o que ali era partilhado.

RESUMO

O período da Ditadura Militar no Brasil é um dos mais expressivos momentos da política nacional, sendo a maior e mais radical fase de domínio político da extrema direita do país e ao mesmo tempo o auge da atuação de militâncias de cunho esquerdista e simpatizantes que se uniram e manifestaram em prol da laicização dos meios sociais. Destaca-se pela numerosidade de pessoas que se rebelaram tanto em apoio quanto em oposição ao regime, tornando este período o mais hostil da história do país. Hostilidade que perpassou os meios de comunicação, as famílias, as religiões, os órgãos de segurança nacional, as relações comerciais internas e principalmente externas e a população mais simples, em especial ao gênero feminino ao qual esse trabalho busca enfatizar, destrinchando algumas das formas iniciais de atuação das mulheres na mídia comunicativa, no movimento pela anistia, em reuniões, formações e congressos em prol de uma maior autonomia do gênero; tratando também do surgimento do feminismo no Brasil e da participação das mulheres na luta armada, utilizando-se de relatos pessoais de sobreviventes que vivenciaram na prática as imposições e punições ministradas pelo autoritarismo do regime.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura. Feminismo. Mídia. Resistência.

ABSTRACT

The period of the Military Dictatorship in Brazil is one of the most expressive moments of national politics, being the largest and most radical phase of political domination of the extreme right of the country and at the same time the peak of the activities of leftist militants and sympathizers who joined and manifested in favor of the secularization of social media. It stands out for the numerology of people who rebelled both in support and in opposition to the regime, making this period the most hostile in the country's history. Hostility that has permeated the media, families, religions, national security organs, internal and mainly external commercial relations and the simpler population, especially the feminine gender to which this work seeks to emphasize, disrupting some of the initial forms the role of women in the media, in the movement for amnesty, in meetings, trainings and congresses for greater autonomy of the gender; also dealing with the emergence of feminism in Brazil and the participation of women in the armed struggle, using personal reports of survivors who experienced in practice the impositions and punishments taught by the regime's authoritarianism.

KEY WORDS: Dictatorship. Feminism. Media. Resistance.

LISTA DE FÍGURAS

Figura 1: Fotografia da ficha criminal de Dilma Rousseff.....	40
Figura 2: Registro falsificado de abandono ao emprego de Rose Nogueira....	42
Figura 3: Suzana Lisboa em depoimento sobre a ditadura (2016).....	43
Figura 4: Clair Martins em depoimento sobre a ditadura para DHPAZ (2013)..	45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - POLÍTICA E SOCIEDADE BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1960	
1. 1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS ANOS 60.....	12
1. 2 A IMPORTÂNCIA DAS MILITÂNCIAS.....	17
1. 3 MILITÂNCIA FEMNINA.....	21
CAPÍTULO 2 - ATUAÇÃO FEMININA NO CENÁRIO DITATORIAL BRASILEIRO	
2. 1 A PUTA COMUNISTA.....	25
2. 2 A MÍDIA E O FEMINISMO NO BRASIL.....	31
2. 3 RESISTÊNCIA FEMININA.....	37
CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

A ditadura militar no Brasil (1964 – 1985) é um período da política nacional demarcado pelo auge das discordâncias e insatisfações entre duas linhas políticas, esquerda e direita, que se posicionaram como rivais e totalmente incompatíveis tanto ao olhar das categorias sócio-políticas que vivenciaram estes anos em atuação, quanto para maioria dos estudiosos que analisaram e confirmam a mesma interpretação destacada pelas diferenças nos conceitos sociais, econômicos e culturais. Mas, a verdade é que o fim do regime militar no país e a reconstrução das leis nacionais por meio da Constituição de 1988, não bastariam para que a história vivida neste período viesse a ser observada e compreendida pela magnitude de seus acontecimentos. Por isso seus participantes, em especial a militância de esquerda, e simpatizantes, se dedicaram a escrever, filmar, gravar e arquivar de diversas formas, elementos que viessem a provar e criminalizar a postura dos governantes da época. Assim surgiram livros, documentários, artigos publicados e revisados que estão à disposição da sociedade para que cada indivíduo faça sua análise crítica tanto dos acontecimentos isolados em torno da ditadura militar, quanto dos conceitos e atividades realizadas de modo geral.

E este trabalho é a soma de algumas revisões histográficas referentes a este período, com foco principal para as questões de luta e resistência do gênero feminino em meio à repressão e a restrição dos valores femininos ao conceito tradicional (cristão) de mulher como “rainha do lar”.

Foram analisadas cartas, discursos e revistas produzidas por mulheres falando sobre sua própria identidade e as batalhas para poder conquistar expressão na mídia e no dia a dia de sua participação na sociedade, em especial na vida política e nas atividades artístico-culturais. Testemunhos de lutas e conquistas pela liberdade, além das atuais colaborações que muitas deram e continuam a dar a população para que haja conscientização e luta pelo fim das diferenças sociais, raciais e de gênero. Liderando grupos e movimentos que palestram e buscam judicialmente alcançar a igualdade de direitos entre homens e mulheres, além do resgate da memória de diversas figuras femininas que foram mortas e/ou torturadas ao buscarem estes direitos

durante o período do regime militar do país e foram banidas pelo governo vigente.

1 POLÍTICA E SOCIEDADE BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1960

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS ANOS 60

A década de 1960, no Brasil, é marcada por intensas mobilizações no que se refere ao cenário político, econômico e cultural, haja vista a deposição do mandato do presidente João Goulart no ano de 1964, acusado de tender suas ações aos ideais comunistas e, por isto, causando oposição dos conservadores, desembocando no Golpe civil-militar e, por conseguinte, na instauração da Ditadura Militar no país, que veio a se perpetuar até meados da década de 1980 ¹.

Além disto, o crescimento maciço de movimentos populares revolucionários tornou este período ainda mais conturbado, fazendo crescer o prestígio de grupos de esquerda, críticos da chamada democracia liberal, que, para eles, era um sistema coadunado com os interesses da burguesia ². Sobre este crescimento, falou Denise Rollemberg:

“O início dos anos 1960 conheceu um dos momentos da história do Brasil de maior participação política da sociedade, organizada e atuante em diversos níveis, num embate radicalizado. Instituições, associações, manifestações atuavam em função de projetos e propostas de esquerda, mas igualmente de direita, que também alcançavam simpatias e adesões de parcelas significativas da sociedade” ³.

Em virtude de tais ocorrências o mandato de João Goulart foi relativamente curto (1961 – 1964), mas a repercussão dos motivos que gerariam sua saída do governo causou impasses na vida política e social da nação. Tal situação ocorreu devido a divergências ideológicas, mobilizando não apenas a política partidária, mas todos os meios que possuíam envolvimento direto e/ou indireto com as mesmas, como a mídia comunicativa, as instituições

¹ BRENTAN, Marcelo Fernandes. **O IAJES E A MILITÂNCIA CATÓLICA SOB A DITADURA MILITAR (1970-1985) NA REGIÃO DO ALTO PARANÁ**. PIBIC – CNPq/ UFMS 2008-2009. p. 5-6.

³ ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura-regime militar e movimento sociais em fins do século XX**. Editora: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003. p. 47

religiosas, os sindicatos e os movimentos sociais. Segundo Scott Mainwaring (2004):

“(...) inicialmente a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) apoiou os militares assim como outras camadas da sociedade que temiam a desordem social ou uma insurreição comunista. Porém, posteriormente se opuseram aos militares e à hierarquia da Igreja, fazendo várias críticas à repressão, argumentando que a tentativa de “eliminar as causas da desordem” não justificava a violência e a tirania contra os subversivos do regime”⁴.

Em palestra realizada na VI Semana Acadêmica de História, “América Latina: ditaduras militares e experiências socialistas” (18/10/2006), o Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho realizara comentários referentes à participação direta da Igreja nos tempos que giram em torno do regime militar, baseando-se em sua experiência prática e reflexiva sobre o tema “DITADURA MILITAR E REVOLUÇÃO SOCIALISTA NO BRASIL”. Segundo suas palavras:

“(...) quando se instaurou a ditadura, em 1964, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) apoiou a ditadura, com uma nota, abençoou o movimento vitorioso que resultou na ditadura, a ditadura vinha salvar o Brasil do caos e da baderna, e do comunismo ateu, e por isso merecia ser apoiada. É verdade que alguns segmentos da Igreja se rebelaram desde o início, e inclusive apoiaram as movimentações estudantis, oferecendo conventos e seminários para reuniões e eventos clandestinos. Mas, de um modo geral, a hierarquia católica apoiou a ditadura, a instauração da ditadura. Posteriormente, sabemos que a CNBB evoluiria e se tornaria, ainda nos anos 70, sobretudo na segunda metade dos anos 70, uma poderosa força contrária à ditadura civil-militar, e de tal forma ela atuou nesse sentido que, conscientemente ou não, a memória foi se apagando a propósito da atividade que ela exercera a favor da instauração do processo”⁵.

Tais discursos demonstrariam que a participação da Igreja durante o período pré-golpe, perpassando a instauração da ditadura e suas consequências após a queda do regime, foi de certo modo oscilante. Ora sua linha conservadora apoiava os militares por temer a expansão comunista e

⁴ BRENTAN, Marcelo Fernandes. **O IAJES E A MILITÂNCIA CATÓLICA SOB A DITADURA MILITAR (1970-1985) NA REGIÃO DO ALTO PARANÁ**. PIBIC – CNPq/ UFMS 2008-2009. p. 6

⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. DITADURA MILITAR E REVOLUÇÃO SOCIALISTA NO BRASIL. Disponível em: < <http://periodicos.unesc.net/historia/article/viewFile/213/213> >: acesso às 00h46min do dia 24 de janeiro de 2018. p. 8

demais ideologias “contrárias” à fé católica, ora se opunha as posições do regime por interpreta-lo como sendo abuso de poder, divergindo da lógica de pacificação que o cristianismo, ao menos em sua teoria, defende.

“Também no decorrer de 1968 a Igreja começava a ter uma ação mais expressiva na defesa dos direitos humanos, e lideranças políticas cassadas continuavam a se associar visando a um retorno à política nacional e ao combate à ditadura.”⁶

Na obra “Episódios da História das Alagoas”, o historiador alagoano Álvaro Queiroz traz um relato específico que demonstra a repressão que o regime militar ofertou ao Estado de Alagoas, comparando-o ao período da “República da Espada” (1889-1894) e mostrando o posicionamento da juventude e da Igreja local diante de tais fatos. Relataria o autor:

“(…) nas eleições para o governo do Estado, a força da espada se fez sentir em terras alagoanas. Muniz Falcão, tendo vencido as eleições, foi vítima do casuísmo e do arbítrio, e não assumiu o cargo. Muniz foi impedido de assumir o governo sob a alegação de não haver conquistado nas urnas a maioria absoluta dos votos, o que, conforme o artigo 2º da Emenda Constitucional nº 13, era condição relevante para maior autenticidade de um governo representativo. Enfim, a 13 de janeiro de 1966, o presidente Castelo Branco, através de um decreto, estabeleceu a intervenção federal no Estado de Alagoas e nomeou o General João José Batista Tubino como Interventor”⁷.

Esta ocorrência geraria insatisfações aos opositores do regime no Estado de Alagoas, que por sua vez não cessou de manifestar-se contra as intervenções militares, enfatizando o clima de revolta no movimento estudantil alagoano após o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, no Rio de Janeiro, pelo pelotão de choque da Polícia Militar. Movimento este que realizou uma assembleia na então Faculdade de Direito de Alagoas, optando pela realização de uma greve de 72 horas em protesto ao acontecimento e a realização da missa de 7º dia celebrada pelo Padre José Petrucio Barbosa Prado na Catedral Metropolitana de Maceió, que silenciou no momento da

⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina. O AI-5. Disponível em: <
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> > : acesso às 00h19min do dia 07/09/2018.

⁷ (QUEIROZ, 2017. p. 141-142)

homilia e deu espaço para que os estudantes entoassem o Hino Nacional como forma de protesto. Além disso, o movimento contava com o apoio do então arcebispo metropolitano, Dom Adeldo Machado, que em nota oficial através da imprensa se solidarizaria com o movimento estudantil e aprovaria as manifestações de “Ato Público de Protesto” contra a prisão de estudantes no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna⁸. Fatores que podem sustentar o discurso de Aarão referente aos posicionamentos clericais durante a ditadura.

No terceiro tomo da obra, o “Perfil dos Atingidos – Projeto Brasil: Nunca Mais”, a Mitra Arquidiocesana de São Paulo transmite na década de 1980, um conteúdo que relata por meio de registros pessoais e dados estatísticos, o que foi o período da Ditadura Militar dentre os anos de 1964 a 1979. A descrição é feita não apenas pelas indicações numerológicas, mas primordialmente no tocante à moral e à liberdade dos cidadãos brasileiros, com ênfase nos registros de perseguições, condenações e maus-tratos aos membros de movimentos políticos (esquerda), sindicais, jornalistas e religiosos, que manifestaram de algum modo (indicados, declarantes e/ou testemunhas) sua negação ao regime, sendo por isso os mais “atingidos”⁹.

Destacaria ainda nesta obra, a expressiva maioria participativa de estudantes universitários e cidadãos já contemplados com o terceiro grau de formação educacional nos movimentos de oposição ao regime. Esse dado indica que boa parte da elite intelectual da época não comungava dos ideais do governo militar, bem como guerrilharam no intuito de ré-alcançar a democracia nacional.

A cientista política, Maria Celina D'Araújo, acrescentaria:

“O ano de 1968, “o ano que não acabou”, ficou marcado na história mundial e na do Brasil como um momento de grande contestação da política e dos costumes. O movimento estudantil celebrizou-se como protesto dos jovens contra a política tradicional, mas principalmente como demanda por novas liberdades. O radicalismo jovem pode ser bem expresso no lema

⁸ QUEIROZ, Álvaro. **Episódios da História das Alagoas**. 4ª Edição. Maceió, 2017. Editora CBA. p 142;144-145.

⁹ SANT’ANA, Daniel. Mitra Arquidiocesana de São Paulo. **O perfil dos Atingidos – Projeto Brasil: Nunca Mais**. Editora Vozes. Petrópoles, Rio de Janeiro. 1988. p. 9 -15

"é proibido proibir". Esse movimento, no Brasil, associou-se a um combate mais organizado contra o regime: intensificaram-se os protestos mais radicais, especialmente o dos universitários, contra a ditadura. Por outro lado, a "linha dura" providenciava instrumentos mais sofisticados e planejava ações mais rigorosas contra a oposição."¹⁰

O resultado foi um elevado índice de prisões e torturas dessa mesma parcela da população, segundo os próprios registros jurídicos militares do Brasil, que apontariam as “organizações militantes e partidárias”; “manifestações midiáticas, artísticas e panfletagens”; e “indisciplina militar” como os “crimes” que mais geraram condenações aos cidadãos brasileiros durante as décadas de 1960 e 1970¹¹.

Em suma, a política nacional deste período se define pela ausência expressiva da democracia. Fatos como o decreto do Ato Institucional nº5¹², considerado um dos mais repressivos da ditadura militar, em que juízes foram aposentados, o habeas corpus foi cancelado, manifestações políticas foram proibidas, a censura aumentou, além da violência da polícia e do exército, o que resultaria na intensificação da luta contra o autoritarismo no Brasil. Sendo assim, os movimentos de cunho esquerdista passaram a ter mais aceitação e atuação na sociedade. Mesmo que, segundo Aarão, a imaturidade e/ou desespero de alguns movimentos também tenham proporcionado a utilização de meios “opressores” para “guerrilhar” e acelerar o descarte das marcas do regime, que estavam infundidas na nação. Relataria ainda:

“(...) o que merece destaque é que, nos festejos comemorativos da anistia, os grupos revolucionários de esquerda ressurgiram como atores importantes na luta pela democracia no Brasil. Em outras palavras, os grupos armados da esquerda revolucionária ressurgiram na memória da sociedade como jovens desesperados que, não tendo nenhuma alternativa legal de luta,

¹⁰D'ARAÚJO, Maria Celina. O AI-5. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> > : acesso às 00h19min do dia 07/09/2018.

¹¹ SANT'ANA, Daniel. Mitra Arquidiocesana de São Paulo. **O perfil dos Atingidos – Projeto Brasil: Nunca Mais**. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro. 1988. p. 11 – 20

¹² D'ARAÚJO, Maria Celina. O AI-5. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> > : acesso às 00h19min do dia 07/09/2018.

recorreram às armas, ou seja, lutaram de armas na mão, mas o que pretendiam realmente era a democracia”¹³.

Aarão finalizaria seu discurso resumindo que as mobilizações demonstraram certa contradição no que desrespeito aos movimentos de oposição e adesão ao regime. Pois, segundo ele, muitos que se diziam progressistas passaram a apoiar a ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970, e após sua queda “levantaram a bandeira da revolução”, aderindo “piamente” à proposta de redemocratização nacional por meio de uma proposta esquerdista. Isso indicaria que a “malícia corruptiva” presente na política nacional dos anos da ditadura tenha proliferado e se manifestado de alguma forma dentro de alguns movimentos posteriores ao regime.

1. 2 A IMPORTÂNCIA DAS MILITÂNCIAS

A movimentação em torno das ideologias e grupos da direita e da esquerda fomentou as discursões e mobilizações, tanto de apoio, quanto de oposição ao Golpe de 1964. Dentre eles, a atuação de movimentos cristãos tradicionalistas e progressistas como a TFP¹⁴, a JUC – Juventude Universitária Católica e, demais militâncias, foram relevantes em toda esta fase da política nacional. Karla Íngrid Pinheiro de Oliveira e Francisco de Assis de Sousa Nascimento, referente à importância da atuação feminina no Brasil, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, disseram:

“A condição da mulher brasileira do início do século XX passou por uma série de transformações que geraram discussões acerca da participação feminina em assuntos socioeconômicos, culturais e políticos. Em decorrência das alterações sofridas no cotidiano feminino alguns questionamentos surgiram influenciados pelos debates que fervilhavam desde fins do século XIX em países da Europa e nos Estados Unidos, em que mulheres reivindicavam o direito a melhores condições de trabalho nas fábricas, tais como a redução da jornada de

¹³ REIS FILHO, Daniel Aarão. DITADURA MILITAR E REVOLUÇÃO SOCIALISTA NO BRASIL. Disponível em: < <http://periodicos.unesc.net/historia/article/viewFile/213/213> >: acesso às 00h46min do dia 24 de janeiro de 2018. p. 5

¹⁴ OLIVEIRA, Plínio Corrêa. **TFP**. Disponível em: < <http://www.tfp.org.br/tradicao-familia-e-propriedade/por-que-tfp/propriedade> > Acesso às 23h08min do dia 27 de outubro de 2017.

trabalho e aumento nos salários, lutando também pelo direito de votar e ser votada”¹⁵.

Foi neste período que houve de fato a ascensão dos movimentos revolucionários de esquerda, à sombra de inspirações “marxistas - leninista”, além da já “consagrada” influência atuante do PCB, bem como ocorrerá em outros países como Cuba e China¹⁶, mesmo que, segundo Carlos Marighella (1970), o PCB tenha “engessado” e não mais exercia tal impacto nos movimentos como em décadas posteriores (1950 -1960). Para ele esse fato justificava a “necessidade” da atuação da Ação Libertadora Nacional - ALN, que se tornou uma das organizações mais relevantes no que se refere à luta armada urbana, também com apoio cubano¹⁷.

Além disto, o surgimento do Partido Comunista do Brasil (PC do B)¹⁸, que em agosto de 1964 elaborou um documento por meio de sua Comissão Executiva no objetivo de analisar o golpe militar diante da perspectiva do partido, serviu de influência para os demais movimentos esquerdistas e simpatizantes. No mesmo, apontava-se o suposto retrocesso, ao qual a sociedade e, a política nacional vivenciara após a instauração deste regime. Afirmava que alguns avanços, como a questão da participação popular nos movimentos sindicais e operários viram suas conquistas entrarem em total

¹⁵ OLIVEIRA, Karla Íngrid de Pinheiro. NASCIMENTO, Francisco de Assis de Souza. **HISTÓRIA E MEMÓRIA: A CONDIÇÃO FEMININA EM PICOS DURANTE A DÉCADA DE 1960**. UFPI. 2012.

¹⁶ ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura-regime militar e movimento sociais em fins do século XX**. Editora: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003. p. 57-59

¹⁷ ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura-regime militar e movimento sociais em fins do século XX**. Editora: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003. p. 70

¹⁸ Dentre os inúmeros acontecimentos da década de 1960 no Brasil, ocorrera um processo de ramificação do PCB quando em 1962 oficializa-se a proposta do PCdoB como uma ala “pró-chinesa” do comunismo no Brasil, enquanto que o PCB permanecia como ala “pró-soviética”. Fato concretizado pós “Conferência Nacional Extraordinária” realizada pelos dissidentes do PCB alinhados com João Amazonas em São Paulo (fevereiro de 1962), que resultou no lançamento deste novo partido e aprovação de seu “Manifesto - Programa”. Sendo, a partir de então, duas representações comunistas brasileiras distintas (SANT’ANA, Daniel. *Mitra Arquidiocesana de São Paulo*. 1988. p. 24;29)

desuso diante das limitações impostas pelo governo militar, não hesitando em titulá-los de “os inimigos do povo”¹⁹.

No mesmo período, o PC do B a exemplo do PCB também expressou sua relação com o maoísmo (modelo de política chinesa da época), haja vista a formação adquirida por militantes do partido após serem enviados ao território oriental na intenção de aperfeiçoar os conhecimentos em vista dos planos partidários de cunho esquerdista (GORENDER, 2003, p. 117)²⁰, proposta um tanto frustrada devido às divergências entre as realidades sociais da China e do Brasil na época. Segundo a historiadora Cristiane Soares de Santana, essa situação deu origem ao desenvolvimento de um processo de luta interna no seio do PC do B, além de expressar claramente a opção ofensiva por parte de membros do partido com relação ao regime, o que posteriormente ocasionou o desligamento de alguns membros do partido que se acharam insatisfeitos com a falta de posicionamentos mais expressivos diante da realidade do então governo nacional. Disse ainda:

“(...) a Ala Vermelha nasceu sendo influenciada pela proposta maoísta de revolução. Afinal, a Ala Vermelha tinha como base essencial do seu projeto o desencadeamento de uma Revolução Cultural. No documento *A luta contra o oportunismo: a origem da luta interna* a organização afirmava que: “a sua resolução (dos problemas do partido) só pode se dar através de uma luta interna ativa, que vá de baixo para cima, atingindo todos os escalões do partido, sob a forma de revolução cultural” (ALA VERMELHA, 1967, p. 15) (Grifo nosso.). Esta referência feita pela Ala a Revolução Cultural pode estar ligada à experiência que os militantes que formariam a Ala sofreram durante seu período de treinamento na China”²¹.

¹⁹Ver: O golpe de 1964 e seus ensinamentos. Disponível em: <<http://www.grabois.org.br/cdm/principais-documentos/148503/2010-01-13/o-golpe-de-1964-e-seus-ensinamentos-1964>>: Acesso às 02h16min do dia 05 de janeiro de 2018

²⁰ Nas academias chinesas todos haviam apreendido sobre a necessidade da presença de condições objetivas e subjetivas para a deflagração da luta armada, sem as quais se tornava inviável qualquer expectativa de ações revolucionárias para a tomada do poder. Estudaram também a importância de um partido comunista forte e democrático respaldado pela classe operária, pelos camponeses e pela população geral. Era uma questão essencial para a condução da guerra popular prolongada, a qual deveria ser travada a partir de áreas densamente povoadas, que apresentassem um vigoroso enraizamento partidário entre os camponeses, o qual se refletiria em um considerável grau de politização – o que exigia um elevado nível ideológico dos próprios quadros partidários (SILVA, 2006, p. 27).

²¹ SANTANA, Cristiane Soares. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – ALA VERMELHA: A PRESENÇA DO MAOÍSMO NA ESQUERDA BRASILEIRA. Disponível em: <

Justificava-se assim, o surgimento da Ala-Vermelha (AV) dentro do PC do B, que representaria os integrantes “mais ofensivos” do partido²². Para a AV, deveria haver uma guerra popular que se desenvolveria de três formas: no auge do movimento de massas, como resultado de um levante armado camponês, através de uma cisão do exército inimigo e por meio da formação de um foco revolucionário (ALA VERMELHA, 1967, p. 47).

No entanto, se por um lado houve pressão e resistência por parte de movimentos de esquerda, por outro os grupos conservadores inicialmente não hesitaram em demonstrar apoio ao regime. Movimentos como as chamadas Marchas das Famílias com Deus pela Liberdade realizaram atos públicos em favor da ditadura e contra o comunismo. Atuariam principalmente em oposição às manifestações de movimentos de esquerda. Relataria Daniel Aarão (2006):

“(...) a primeira aconteceu uma semana depois e em protesto contra o grande comício organizado pelas esquerdas pelas reformas de base, em 13 de março de 1964, realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em frente ao Ministério da Guerra. O comício foi concebido como o primeiro de uma série de dez que estavam programados pelas esquerdas para orientar o processo de radicalização dos movimentos sociais no País. Houve o primeiro, os outros nove não chegaram a acontecer porque veio o golpe de 31 de março. Nesse comício de 13 de março, pelas contas que as esquerdas fizeram, e vocês sabem bem que os promotores dos eventos sempre aumentam um pouco o número dos manifestantes, havia 350 mil pessoas na Praça Duque de Caxias, na Central do Brasil. Uma semana depois, no dia 19 de março, em São Paulo, houve a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade, quando se reuniram 500 mil pessoas”²³.

http://vencontro.anpuhba.org/anaisvencontro/C/Cristiane_Soares_de_Santana.pdf >: acesso às 02h16min do dia 05 de janeiro de 2018. p. 3-4.

²² Os militantes do PC do B que formariam a Ala Vermelha eram em sua maioria constituídos por antigos participantes das Ligas Camponesas, do Movimento Revolucionário Tiradentes e ex-adeptos do foquismo, os quais haviam feito autocrítica em relação às concepções foquistas após os estágios realizados na China. A Ala atuou nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Ceará (SILVA, 2006).

²³ REIS FILHO, Daniel Aarão. DITADURA MILITAR E REVOLUÇÃO SOCIALISTA NO BRASIL. Disponível em: < <http://periodicos.unesc.net/historia/article/viewFile/213/213> >: acesso às 00h46min do dia 24 de janeiro de 2018. p. 9

Tais fatores demonstrariam o clima divisório e hostil no qual se encontrava a sociedade e a política nacional durante este período. Duas linhas opostas (esquerda e direita) claramente em guerra direta e indireta.

“Nas palavras do ministro do Exército, Aurélio de Lira Tavares, o governo precisava ser mais enérgico no combate a "idéias subversivas". O diagnóstico militar era o de que havia "um processo bem adiantado de guerra revolucionária" liderado pelos comunistas.”

1. 3 MILITÂNCIA FEMININA

No tocante à atuação feminina neste período político nacional, poderia considerar expressiva a mobilização, em especial quando pensado nas limitações que a sociedade até então impusera ao sexo feminino, visto que oficialmente não existiam, ainda, movimentos feministas nacionais com liberdade para atuar em defesa de suas causas até este momento da História.

Baseada no patriarcalismo e sustentada pelas tradições de cunho religiosas, as mulheres até a metade do século XX no Brasil, não obtinham direitos simples como independência financeira, atuação política e administrativa, tão pouco liberdade para expressar elementos de sua sexualidade.

Referente às questões jurídicas, o Código Civil da época colocava as mulheres em uma posição de cidadãs de segunda categoria e dava aos maridos e pais poderes de decisão sobre elas. Por exemplo, para trabalharem fora de casa careciam do consentimento de um dos dois. O domicílio das mulheres era o do chefe de família, ou seja, o pai ou o marido, pois assim dispunha o artigo 7º, inciso VII, da Lei de Introdução ao Código Civil. O Código Civil, no artigo 6º, inciso II, considerava as mulheres casadas como relativamente incapazes de viver uma independência. Para ingressar com algum tipo de ação em Juízo, elas precisavam da autorização do marido,

conforme artigo 82 do Código de Processo Civil e 35 do Código de Processo Penal, exceto, evidentemente, se fosse contra ele²⁴.

Mas foi durante a década de 1960 que os interesses ligados à questão feminina se unificaram e começaram a ganhar força em determinadas manifestações, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, como o ato em que as americanas se despiram dos sutiãs em praça pública, colocando em xeque os valores conservadores da organização da sociedade²⁵. Esta expressão ideológica proliferou diversas regiões, alcançando o Brasil, mesmo com o país vivendo uma ditadura militar, que, para muitos, foi originária de um golpe estadunidense contra a "ameaça do comunismo", no auge da repressão. Surgiu neste momento o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, movimento voltado a questões como: "princípio da igualdade entre marido e mulher no casamento e a introdução do divórcio na Legislação brasileira"²⁶.

Durante o início da ditadura militar as mulheres atuaram independentemente de partidos políticos, movimentos e/ou classes sociais. O momento vivido perpassa o autoconhecimento, a autovalorização e o impulso para a conquista de uma liberdade até então inalcançada (ao menos no Brasil). O que se tornara verdadeira fonte de imparcialidade aos instauradores e apoiadores do regime militar, quando o impulso do "novo" chocar-se-ia com a realidade ainda mais tradicionalista e opressora da ditadura.

Mas, a partir da metade da década de 1970, surgiram movimentos feministas organizados e atuantes em prol da categoria, como o Movimento Feminino Pela Anistia - MFPA, fundado em 1975, pela advogada e ativista dos direitos humanos Therezinha Zerbini, que elaborou um documento de título:

²⁴ FREITAS, Vlademir Passos. A MULHER NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS NOS ANOS 1960. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-abr-30/mulher-jurisprudencia-tribunais-anos-1960> >: acesso às 20h16min do dia 21 de maio de 2018.

²⁵ FAHS, Ana C. Salvatti. MOVIMENTO FEMINISTA. Disponível em: <http://www.politize.com.br/movimento-feminista-historia-no-brasil/> >: acesso às 00h02min do dia 19 de fevereiro de 2018.

²⁶ FAHS, Ana C. Salvatti. MOVIMENTO FEMINISTA. Disponível em: <http://www.politize.com.br/movimento-feminista-historia-no-brasil/> >: acesso às 00h02min do dia 19 de fevereiro de 2018.

“Manifesto da Mulher Brasileira” em favor da Anistia.²⁷ As atividades do movimento eram tidas, pela líder, como um compromisso da mulher com a paz, “forma pela qual a mulher assumiria as suas responsabilidades de cidadã, participando da vida política nacional”. (ZERBINE, 1979, p. 27).

“Organizados e compostos por mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio elegeram de que maneira suas integrantes deveriam ser vistas e reconhecidas. Uma forma que lhes permitia, ao mesmo tempo, negar um sistema de referência imposto pelos regimes autoritários em relação ao papel das mulheres e definir suas identidades diante de outras entidades. Assim, as componentes do Movimento Feminino pela Anistia se caracterizavam como cidadãs, ou seja, mulheres interessadas pelos problemas sociopolíticos do País e dispostas a lutar pela anistia.”²⁸

No mesmo período surge na Argentina outro movimento feminino, neste caso, contra a instauração da ditadura no referido país. O movimento “Mães da Praça de Maio”, fundado em 1977 pela ativista social e também fundadora da associação dos direitos humanos na Argentina, Azucena Villaflor, surgiu como uma expressão popular de mães que tiveram seus filhos desaparecidos por consequência da opressão que o regime local praticou durante o período ditatorial.

A intenção destas mães era expor a público o sentimento e a certeza de que o regime não as favoreceria enquanto mulheres, e nem mesmo permitia viver sua “função materna” na liberdade e dignidade que gostariam de exercer.

“Na Argentina, o aumento dos casos de vítimas desaparecidas, após a instalação da ditadura militar em 1976, intensificou a peregrinação de mães e familiares ao Ministério do Interior, à polícia e aos organismos de direitos humanos. A falta de respostas satisfatórias das autoridades e de sintonia com os movimentos de denúncia motivou Azucena Villaflor de Vicenti a propor a um grupo de mães um encontro na Praça de Maio, em Buenos Aires, no dia 30 de abril de 1977. Elas elaboraram um

²⁷ “Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia.” Documento elaborado pelo grupo de mulheres que criou o MFPA. Marco, 1975.

Anistia: ato do poder público que declara impuníveis delitos praticados até determinada data por motivos políticos ou penais. Ao mesmo tempo em que anula condenações e suspende diligências persecutórias.

²⁸ PAULA, Adriana das Graças de. **Os Movimentos de Mulheres na Ditadura: uma análise sobre as Mães da Praça de Maio (Argentina) e o Movimento Feminino pela Anistia (Brasil)**. II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-América-Latina. USP. 2016. p. 6

abaixo assinado em que pediam “a verdade”, como a única maneira de ‘saber se os seus filhos estão vivos ou mortos e onde estão?’”²⁹

A partir deste momento, também sobre o impulso da criação do “Ano Internacional da Mulher”, organizado pela ONU, a questão da mulher passou a ser tema de discussão nas universidades e em meio aos profissionais liberais. No mesmo ano aconteceu o Congresso Internacional da Mulher no México e simultaneamente no Brasil, além da Semana de Pesquisa Sobre o Papel e Comportamento da Mulher Brasileira³⁰. Fatores formativos que influenciariam numa melhor organização e mobilização político-social das mulheres em meio aos acontecimentos da época, além de servir como força impulsiva de uma categoria contrária aos ideais do regime e disposta a se opor popularmente dando voz ao sentido de liberdade feminina que através dos avanços científicos e por consequência de ações sociais exteriores, ver-se-iam fortalecidos nesta causa.

²⁹ PAULA, Adriana das Graças de. **Os Movimentos de Mulheres na Ditadura: uma análise sobre as Mães da Praça de Maio (Argentina) e o Movimento Feminino pela Anistia (Brasil)**. II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-América-Latina. USP. 2016. p. 3

³⁰FAHS, Ana C. Salvatti. MOVIMENTO FEMINISTA. Disponível em: <http://www.politize.com.br/movimento-feminista-historia-no-brasil/> >: acesso as 00h02min do dia 19 de fevereiro de 2018.

2 ATUAÇÃO FEMININA NO CENÁRIO DITATORIAL BRASILEIRO

2. 1 A PUTA COMUNISTA

Inúmeras foram as vítimas de tortura durante este período, e isto já é uma certeza cada dia mais relatada e debatida por estudiosos. Não por ser um tema de destaque de um período da história nacional, mas porque historiograficamente tais relatos partem primordialmente de pessoas que vivenciaram na prática estes acontecimentos e/ou descendem de vítimas do mesmo, sendo assim coerdeiros desta catástrofe como diria Jean Pierre Jeudy em “Os distúrbios da atualização”; “Patrimônio e catástrofe”, comentando que “atualizar significa primeiro subtrair a temporalidade habitual atribuída ao passado, para torna-lo atemporal e conferir-lhe ao mesmo tempo um “poder de contemporaneidade””. Descreveria ainda que a memória, tanto individual quanto coletiva, é uma fonte dos acontecimentos e a partir dela as catástrofes permanecem vivas e até mesmo atuantes na sociedade contemporânea, seja na sustentação de ideologias, como na transformação dos costumes e interesses pessoais. Pois, a catástrofe ocorrida gera precedentes, principalmente sócio-políticos e socioeconômicos, que alcançam gerações posteriores.

Sendo assim, nenhum relato deve ser considerado dispensável, nem mesmo de menor valor, pois para cada indivíduo há uma perspectiva do ocorrido e um ponto de vista da proporção positiva ou negativa dos fatos e de suas respectivas consequências.

Em uma narrativa contemporânea de título “Ele está de Volta”, o historiador e jornalista alemão Timur Vermes retrata em um romance a sobrevivência de Hitler e seu retorno a sociedade alemã após 66 anos de repouso pós Guerra. Durante boa parte da narrativa, o autor faz o leitor crer piamente que o ditador parou no tempo e que retomara seu plano governamental de dominar o mundo política e ideologicamente (Terceiro Reich), e que todos reagem como se ele fosse um mero ator fascinado por seu próprio personagem, até que seu discurso pangermânico e anticomunista começa a ganhar força novamente na sociedade, agora por meio da mídia que o idolatrava. Vermes finaliza a história revelando que a sobrevivência de Hitler da Guerra não era ilusória, mas

também não era física, e sim ideológica. Uma ideologia que vive e evolui por meio daqueles que a seguem e propagam os ideais articulados pelo ditador alemão. Mesmo utilizando-se de meios cômicos, o autor leva o leitor à reflexão de que os fatos permanecem vivos pela memória e por ela mesma as ideologias se mantêm vivas e atuantes na sociedade, mesmo que seus idealizadores e líderes do passado não estejam mais presentes³¹.

Os reflexos da “Ideologia Alemã” destrinchado pelos também alemães Marx e Engels aproximadamente um século anteriormente a Segunda Guerra (1846), é um exemplo da sustentação de ideais com tal potencialidade. Ainda mais se pensar na influência historiográfica que tal obra causou e causa em gerações posteriores de estudiosos e suas respectivas nações, em especial nas áreas filosófica, econômica e em movimentos de cunho socialista. Além do próprio “Manifesto Comunista” que inspirou demais potências mundiais a reestruturarem seus governos, como ocorrerá na queda do Regime Czarista por meio da Revolução Russa em 1917, e em seguida a instauração oficial do considerado primeiro governo socialista do mundo³² no mesmo território.

Fatos como estes sustentam a discussão sobre o surgimento, a propagação e/ou criação de doutrinas e seguimentos político-sindicais que foram criados e recriados a partir de uma ideologia adaptada a uma realidade regional. Como foi também o caso do comunismo pecebista que encontrou no Maoísmo fundamentações que sustentaram discursos e ações do partido (fato discutido no primeiro capítulo deste trabalho).

Mas, foi em meio a estes embates no cenário político nacional que as mulheres se encorajaram para se expressar e ter sua voz ouvida em meio as diversas classes sociais. Mesmo com os limites impostos pela tradição secular de sociedades pautadas pelo patriarcalismo, as mulheres ousaram utilizar deste momento da história para protagonizar uma atuação singular de oposição ao regime militar. Não por ser um momento oportuno para tal, mas porque agora elas teriam apoio (como já citado no primeiro capítulo deste trabalho) de

³¹ VERMES, Timur. **Ele está de volta**. Tradução Peterso Rissati. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

³² MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. Sexta Edição. Editora Hucitec. São Paulo, 1987.

uma elite intelectual (esquerdista) articulada e disposta a unir forças ideológicas em prol da derrubada da ditadura.

Para a professora e doutora em História do Brasil, Ana Maria Colling, estudar a questão feminina neste contexto ditatorial é permitir que a sociedade contemporânea pudesse compreender a grandiosidade da atitude feminina durante um período de total repressão e desvalorização do seu gênero (COLLING, 2004). Não é apenas uma questão da retratação de uma classe dentre diversas outras que se encontrava em clima insatisfatório diante da política dos anos 60 no Brasil, e sim o estopim de uma classe específica que encontrou nas forças esquerdistas o seu momento de esbravejar o que a muito estava guardado. Disse ainda a historiadora:

“Falar sobre mulheres significa falar das relações de poder entre homens e mulheres. Para identificá-las como sujeitos políticos é necessário analisar as intrincadas relações de gênero, de classe, de raça e de geração. É necessário falar também do desmerecimento feminino.”³³

Para esta historiadora, é louvável que a historiografia possa desfrutar de relatos femininos sobre a situação deste gênero em meio aos problemas sociais da época, pois boa parte da história deste gênero é contada através da ótica masculina e sobre a perspectiva de um agente indireto da história (o homem). Relatos que partem do próprio gênero tendem a transmitir não apenas os fatos, mas também os testemunhos e sentimentos de pessoas que vivenciaram a situação e que possuem a maior autonomia para relatá-los. Dando-as o direito de serem sujeitos de sua própria história, diferentemente da realidade que viveu até este período da ditadura em que sua função social resumia-se meramente à maternidade e à vida matrimonial; e que os direitos de sua feminilidade eram determinados pelos homens.

Para Michel Foucault, falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que esteve presente, mas é reconhecer o processo histórico de exclusão

³³ COLLING, Ana Maria. **AS MULHERES E A DITADURA MILITAR NO BRASIL**. VIII Congresso Luso – Afro – Brasileiro de Ciências Sociais Coimbra. 2004. p. 2

de sujeitos; é fazer uma arqueologia do feminino; desconstruir a história da história feminina para reconstruí-la em bases mais reais e igualitárias³⁴.

E neste caso, a realidade é que as mulheres, bem como outros movimentos militantes brasileiros, utilizaram-se dos ideais esquerdistas para justificar sua nova postura e iniciar um processo de resistência e fuga das imposições sociais que o conservadorismo sustentara até então. Encontraram na esquerda o caminho oposto ao que insatisfatoriamente estavam seguindo pela imposição governamental da época. Sendo assim, a mulher torna-se um ser que agia contrária às imposições das regras tradicionais, o que as deu o título vulgar de “puta comunista”³⁵. Puta no sentido de “prostituição”, por fugir as regras dos padrões estabelecidos pela sociedade e se deixar conduzir por suas próprias regras; e comunista por aderir aos ideais esquerdistas e combater o conservadorismo do então regime que a “enclausurava”. Não acomodar-se com o silêncio indesejado, e não limitar-se com regras construídas e padronizadas por aqueles que no geral nem se importavam com os interesses e metas deste gênero; que, como já dito, não passava da submissão ao homem.

Isso não implica dizer que o crescimento dos movimentos esquerdistas fez aniquilar o preconceito e a inferiorização feminina infundida há séculos. Até porque boa parte da sociedade brasileira, de acordo ou não com o regime, era formada por famílias tradicionais (cristãs católicas), das quais possuíam em sua ideologia um padrão de vida e de relações interconjugais que se diferia da “proposta revolucionária”. E por isso, muitas vezes desgostavam desta nova proposta de mulher independente e preferiam a dona do lar restrita ao matrimônio.

Na verdade, em muitos casos até mesmo a mulher utilizou-se do perfil masculino para ser ouvida e lutar pelos seus interesses políticos, ou seja, se assexuava para ter os direitos masculinos e conquistar espaço na luta armada.

³⁴ COLLING, Ana Maria. **AS MULHERES E A DITADURA MILITAR NO BRASIL**. VIII Congresso Luso – Afro – Brasileiro de Ciências Sociais Coimbra. 2004. p. 3

³⁵ COLLING, Ana Maria. **AS MULHERES E A DITADURA MILITAR NO BRASIL**. VIII Congresso Luso – Afro – Brasileiro de Ciências Sociais Coimbra. 2004. p. 8

Além de que nem sempre o discurso esquerdista colocava os gêneros de forma igualitária, mas muitas vezes reafirmava a inferioridade feminina até mesmo pela própria categoria feminina dentro dos movimentos, que viam o homem a sua frente, conduzindo-a, enquanto que a mulher dava apenas um suporte. Mas esta não é uma questão de gênero propriamente dita, e sim histórica e cultural, até porque não seria do dia para a noite que a mulher assumiria posições que até então eram restritas aos homens. Neste caso, a questão feminina ou masculina é apenas uma questão a ser construída e que no momento não se podia desvincular-se.

Importante frisar, que neste momento os movimentos de cunho esquerdistas estavam crescendo, se espalhando pelo mundo, e ameaçando as políticas de privatização difundidas pelos governos capitalistas. Não obstante do que ocorrerá na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em que um dos critérios que dividiram as potências mundiais em dois grupos rivais foi justamente a compatibilidade entre estratégias e interesses políticos. E mesmo ao fim da Guerra, demais conflitos como a Guerra Fria (1947-1991) demonstrariam a permanência desta disputa entre esquerda e direita. Dando destaque especial a ambição estadunidense que articulou de todas as formas para não permitir o avanço do comunismo em seu território, bem como nos países que mantivessem relações econômicas com o mesmo, haja vista sua rivalidade com países socialistas como a URSS, que sustentou um governo comunista entre os anos de 1922 e 1991; Cuba, que pouco depois da Revolução Cubana (1959)³⁶ instaurou o governo comunista com a criação do Partido Comunista Cubano – PCC em 1965, e o oficializou como único partido nacional na Constituição Cubana de 1976, mantendo-o até atualidade; e sua posição ofensiva contra o governo de Goulart³⁷. Goulart que demonstrará apoio

³⁶ “A Revolução Cubana, gerada da ditadura de Batista, não é um evento pontual. Ela não ocorre no ano novo de 1959, com a destituição do ditador e instituição de um governo socialista. Antes, é um acontecimento iniciado em 26 de julho de 1953, quando Fidel Castro, desde o início o nome maior do movimento, lidera pouco mais de uma centena de homens no Assalto ao Quartel Moncada, naquela que foi a primeira tentativa real de oposição armada a Fulgêncio Batista. Essa tentativa de putsch contra a segunda maior fortaleza militar do país ainda não carrega em si a fagulha do Comunismo. REVISTA CONTEMPORÂNEA – DOSSIÊ GUERRAS E REVOLUÇÕES NO SÉCULO XX. Ano 5, nº 8 | 2015, vol.2 ISSN

³⁷ “Não há provas de que os Estados Unidos instigaram, planejaram, dirigiram ou participaram da execução do golpe de 1964. Cada uma destas funções parece ter competido a Castelo

a movimentos de cunho esquerdista como o MEB- Movimento de Educação de Base, o MEP- Movimento de Educação Popular, a Liga dos Camponeses e a própria Revolução Cubana que por sua vez possuía inspiração maoísta e soviética³⁸.

A verdade é que existem diversas opiniões e interpretações sobre os benefícios ou malefícios que o Governo de Goulart pode/poderia ter trazido ao Brasil. Há aqueles que defendam a ideia de que sua postura era meramente central (centro-esquerda), dando espaço para mudanças, mas não descartando a influência do tradicionalismo. Outros creem piamente que essa postura era mero disfarce comunista para se proliferar na sociedade, bem como disse Plínio Corrêa de Oliveira e Cia em “Reforma Agrária – Questão de consciência”, afirmando que havia uma crise moral, econômica e social no Brasil em torno das décadas de 1950 e 1960. Tal crise abalaria as famílias tradicionais e a lógica de propriedade, e apontavam a Reforma Agrária como instigadora destas ocorrências socializando os meios de produção. Acusando-a de golpear a propriedade privada e a tradição social cristã em sua perspectiva católica. Disse ainda Plínio C. Oliveira (1960):

“As reformas propostas por essas matrizes socialistas – umas mais moderadas, outras menos – visam, senão à abolição total da iniciativa privada e da propriedade particular, pelo menos à limitação de uma e de outra em medida incompatível com a natureza do homem”³⁹

Branco e seus companheiros de farda. Ao mesmo tempo, há sugestivas evidências de que os Estados Unidos aprovaram e apoiaram a deposição de Goulart quase que desde o princípio. Os Estados Unidos reforçavam o seu apoio ao elaborar planos militares preventivos que poderiam ter sido úteis para os conspiradores, se houvesse a necessidade” (PARKER, 1977. p. 128).

³⁸MAIER, Félix. GUERRILHA COMUNISTA NO BRASIL. Disponível em: < <http://portalconservador.com/guerrilha-comunista-no-brasil/> >: acesso às 23h52min do dia 13 de agosto de 2018.

³⁹ Conteúdo trabalhado na obra: “**Reforma Agrária - Questão de Consciência**”. Editora: Vera Cruz. 1960. Produzido por: Dom Antonio de Castro Mayer, Dom Geraldo de Proença Sigaud, Plínio Corrêa de Oliveira e Luiz Mendonça de Freitas. p.41

2. 2 A MÍDIA E O FEMINISMO NO BRASIL

A posição que a mulher ocupava na sociedade nem sempre foi aceita e respeitada por elas, muitas mulheres se privavam de expor seus reais posicionamentos por temer a reação popular sobre suas discordâncias e “rebeldias”. Mas, como para toda regra se tem uma exceção, é correto afirmar que havia sim mulheres que ultrapassaram a moralidade religiosa e que muitas vezes fizeram valer sua vontade e seus interesses acima das regras pré-estabelecidas e um tanto discriminatórias para com seu gênero.

Interessante ainda é perceber que o nível de registros de tais ocorrências surge concomitantemente ao período em que explodem “revoluções comunistas” pelo mundo, o que “justificaria” o fato dos próprios defensores desta moralidade relacionar tais pensamentos com tentativas manipulativas do comunismo se proliferar e distorcer a mentalidade feminina com relação a sua função enquanto mulher no seio de uma “família tradicional”.

Exemplo disto foi Patrícia Galvão (jornalista, escritora, poeta, desenhista, tradutora e militante de esquerda), mais conhecida como Pagu, mulher nascida no século XIX, mas muito influente na história política e social do século XX. “Uma mulher com sede de amor e de justiça”⁴⁰.

Pagu, em suas obras⁴¹, em especial na própria biografia publicada, se mostrou como uma mulher de atitudes e palavras além dos limites do tempo em que viveu. Destacando-se por viver e escrever sobre a luta pela liberdade de expressão, sobretudo no que se refere aos elementos ligados ao gênero feminino. Tornou-se assim um símbolo popular da conquista por maior expressividade das mulheres (feminilidade) no cenário político e artístico.

“A participação de Pagu numa minissérie da TV Globo, “Um Só Coração”, de Maria Adelaide Amaral e Alcides Nogueira, mostrou que a polêmica não morreu com seu corpo em 1962. O

⁴⁰ GALVÃO, Patrícia. 1910-1962. **Paixão Pagu: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão** / organizador Geraldo Galvão Ferraz. 1ª edição. Rio de Janeiro. 2005. p. 12

⁴¹ Parque Industrial (1933); Parque Industrial: novela proletária (1932); Safra Macabra: contos policiais (1944); Jornal: O Homem do povo (1931); Paixão Pagu: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão (2005); Dos Escombros de Pagu: um recorte biográfico de Patrícia Galvão (2008);

personagem vivido por Miriam Freeland na telinha deu o que falar e durante certo tempo ofuscou os atores principais do seriado. A música “Pagu” de Rita Lee e Zélia Ducan, teve a idéia felicíssima de conceitua-la como um símbolo da feminilidade consciente e insubmissa a estereótipos e preconceitos.⁴²

Levando em consideração que sua trajetória de vida (artística e política) perpassou períodos como a ditadura de Vargas e o início do Regime Militar no Brasil, Pagu (que foi esposa de Oswald de Andrade, um dos maiores nomes do modernismo literário brasileiro, que por sua vez casou-se posteriormente com Tarsila do Amaral, pintora, desenhista e tradutora do mesmo período) torna-se alvo de perseguições por ser considerada uma ameaça para o governo e para a sociedade cristã, bem como Goulart (na década de 60) e demais simpatizantes da esquerda (durante o século XX), principalmente por ser ativista e membro de partido comunista (PCB e PC Francês), o que permitiu um receio de que a realidade brasileira se assemelhasse a de outros países comunistas como a própria URSS, várias vezes elogiadas por Pagu em seus discursos⁴³.

Em 1931 publicou com Oswald de Andrade a seção “A mulher do Povo” no jornal *O Homem do povo*, mas após oito números (considerados polêmicos) o jornal foi proibido pela polícia. Em agosto do mesmo ano foi presa pela polícia getulista ao participar de um comício em homenagem a Sacco e Vanzetti, dois anarquistas italianos perseguidos e mortos injustamente na década de 20. Após ser solta (1933) escreve um romance proletário brasileiro (Parque Industrial), começa a escrever para jornais (Correio da Manhã e Diário da Noite), mas dois anos depois é presa novamente por levante comunista. Antes de cumprir toda pena, foge e aparece nos jornais como mulher perigosa e inimiga pública do governo Getúlio Vargas, sendo condenada a mais dois anos de prisão pelo Tribunal Nacional de Segurança do Estado Novo.

Mesmo depois de sofrer tudo isto, Pagu permanece com a mesma postura e seguindo a mesma linha crítica. Já em 1940, após cumprir sua pena,

⁴² GALVÃO, Patrícia. 1910-1962. **Paixão Pagu: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão** / organizador Geraldo Galvão Ferraz. 1ª edição. Rio de Janeiro. 2005. p. 11

⁴³ GALVÃO, Patrícia. 1910-1962. **Paixão Pagu: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão** / organizador Geraldo Galvão Ferraz. 1ª edição. Rio de Janeiro. 2005. p. 154,155.

ela se casa com Geraldo Ferraz e reinicia sua carreira de escritora e ativista. Publica “A famosa revista” junto a seu marido e participa da redação do jornal “A vanguarda socialista”, publicando crônicas políticas e literárias no mesmo, o que também realizou posteriormente no jornal Diário de São Paulo, que lhes permitiu uma visibilidade a ponto de ser indicada para candidata ao cargo de deputada estadual de São Paulo pelo Partido Socialista Brasileiro. Não conquista o cargo, mas permanece a escrever e ministrar palestras em eventos artísticos e políticos até sua morte em 1962⁴⁴.

Diante da descrita trajetória, é correto pensar que Pagu contribuiu para a evolução mental da sociedade, teve a coragem de escrever e falar sobre conceitos de vida, de liberdade (principalmente feminina e religiosa) e de sentimentos. A obra “Paixão Pagu: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão” descreve exatamente isto, uma paixão para com a função política dos indivíduos e uma paixão sentimental, própria de cada ser humano, com suas vocações e/ou experiências afetivas. Mas talvez esta imagem de bravura feminina seja meramente opinião daqueles que comungam dos mesmos posicionamentos (“esquerdista”), para muitos da oposição, Pagu não passava de uma anarquista que queria chamar atenção, o que lhes rendeu censuras, prisões e exílio.

Neste mesmo período, surge no país (1961) a revista Claudia⁴⁵, que trata de questões relacionadas ao gênero feminino, como: textos leves e didáticos sobre romances estrangeiros, críticas de literatura, músicas, belas-artes, teatro, notícias sobre moda, crônicas, anedotas, saúde da mulher, entre outros. A mesma nasce como proposta conservadora de manter e estimular hábitos que até então eram comuns / tradicionais a sociedade da época. “Tudo isso para deixar a mulher “a altura da civilização e dos seus progressos”” (SCALZO, 2003, p.28).

⁴⁴ GALVÃO, Patrícia. 1910-1962. **Paixão Pagu: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão** / organizador Geraldo Galvão Ferraz. 1ª edição. Rio de Janeiro. 2005. p. 154-158.

⁴⁵ “Seu nome foi escolhido por Sylvana Alcorso, mulher de Victor Civita, fundador da editora. Como o casal só teve dois filhos (Roberto- atual presidente do grupo Abril – e Richard), ela costumava dizer que Cláudia foi a filha que ela nunca teve.” (NOGUEIRA, 2003, p. 88)

“(...) a revista era direcionada, principalmente, para mulheres com a faixa etária entre trinta e cinquenta anos, casadas e de classe média. Portanto, apresentava como temáticas principais as que envolviam a dona-de-casa: a preocupação com a casa e com os filhos, com o marido, e com o corpo, já que era necessário ficar “bonita para o marido”, reforçando ideais tradicionais.”⁴⁶

Assim, as revistas femininas passaram então a ganhar espaço, mas vale lembrar que eram sempre escritas por homens⁴⁷. Mesmo não sendo a pioneira dentre as revistas femininas no Brasil⁴⁸, Claudia se destaca por surgir justamente em meio a um contexto sócio-político desfavorável a liberdade de expressão, ainda mais no que se refere à ações e palavras um tanto “radicais” para os costumes daquela geração.

“O lançamento de Claudia configurou-se como ferramenta importantíssima na mudança de mentalidade daquela época, na qual o papel das mulheres era muito diferente do que é hoje (embora ainda encontremos vários resquícios deixados por esse período). Ela era preparada para casar, cuidar da casa, do marido e dos filhos, e as revistas ou periódicos que surgiram antes de Claudia pareciam só ajudá-las nestas tarefas.”⁴⁹

Mas, em 1963 é lançada nesta mesma revista a coluna “A arte de ser mulher”, ministrada pela jornalista e escritora Carmen da Silva, que leva para revista um olhar crítico-social, abordando temas como a valorização e superação do gênero. “Mesmo em uma época em que assumir ideais libertários era considerado um risco de vida”⁵⁰.

⁴⁶ (BITTELBRUN, 2009, p. 7)

⁴⁷ O que não diferencia dos dias atuais, pois a página “memoriasdaditadura.org.br” que é considerada a maior referência na web sobre o regime militar no Brasil, é composta por um arsenal historiográfico somente produzidos por autores do sexo masculino.

⁴⁸ Segundo conta Scalzo (2003), as revistas chegaram ao Brasil no começo do século XIX, junto com a coroa portuguesa. A autorização para imprimir em território nacional veio com a autorização para a instalação da imprensa régia em 1908, determinada por D. João VI. No entanto, a primeira revista de que se tem conhecimento é *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, que surgiu em Salvador no ano de 1812, seguindo os modelos de revistas utilizados no mundo editorial da época. Já a pioneira dentre as revistas femininas no Brasil nasce em 1827, com título de *Espelho Diamantino*, abordando um misto de assuntos relacionados ao gênero feminino, como: moda, atividades do lar, maternidade e etc.

⁴⁹ (NOGUEIRA, 2003, p. 89)

⁵⁰ Resumo do artigo: FERREIRA, Jessica Lobato. **A revista Claudia e a família tradicional brasileira: O feminismo de Carmen da Silva, nas páginas da imprensa conservadora.** ^{3º} Encontro Regional Sudeste de História da Mídia - Universidade Federal de Juiz de Fora. 2014.

“Psicóloga, escritora e jornalista, ela foi um tipo de “feminista-feminina”, que fez com que a imprensa feminina acompanhasse mais de perto certas mudanças sociais. A gaúcha pregava a liberdade das mulheres e influenciava todo um pensamento sobre o gênero. Em 1963 começou a escrever artigos para a revista *Cláudia* (...). Como se dirigia a mulheres que, naquele tempo, seguiam tradições e costumes vigentes, Carmen preferiu tomar certos cuidados, optando por avanços mais discretos e discussões mais avançadas.”⁵¹

A participação de Carmen na revista perdurou até o ano de 1985 (após seu falecimento), exato ano que foi decretado o fim do regime militar no Brasil, mas o período em que atuou na *Claudia* gerou a ela o pseudônimo de primeira líder feminista do Brasil⁵², pois tomou a liberdade de ultrapassar as barreiras de um governo repressor e de uma histórica cultura machista, infundida em boa parte da população nacional, abordando na revista algumas temáticas, como: ideais de igualdade sexual e direitos das mulheres. Não apenas ao escrever em sua coluna, mas primordialmente em sua dinâmica de acolher e responder dúvidas dos leitores que lhes eram enviadas e respondidas nas próprias edições do periódico. Criando assim uma proposta de diálogo que até então não era comum no ceio das famílias tradicionais, e desmistificando a visão de mulher como “rainha do lar”.

“Foi na década de 70 que surgiu uma imprensa feminina mais reivindicatória, fruto das contradições urbanas e sociais agravadas pelos anos de ditadura de todo o país. Carmen mostrou para o Brasil e para o homem a importância do papel da mulher na sociedade, desmistificando a rainha do lar. Ela também mostrava a necessidade de mudar as formas de relacionamento: defendia a relação companheira entre homem-mulher e a necessidade de respeito entre pais e filhos, lutava pela superação de preconceitos e tabus e condenava qualquer forma de opressão”⁵³

⁵¹ (NOGUEIRA, 2003, p. 87)

⁵² FERREIRA, Jessica Lobato. **A revista *Claudia* e a família tradicional brasileira: O feminismo de Carmen da Silva, nas páginas da imprensa conservadora.** 3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia - Universidade Federal de Juiz de Fora. 2014. p. 9

⁵³ (NOGUEIRA, 2003, p. 88)

Carmem foi sem dúvida uma das grandes inspirações para o surgimento de movimentos feministas no Brasil, mesmo que na prática o seu trabalho na Claudia tenha se dividido entre a proposta conservadora da revista e seus discursos libertários. Deste modo, implica dizer que Claudia passou a atender aos dois públicos concomitantemente. Talvez por isso não tenha sofrido perseguições (censura). Mesmo assim, o trabalho de Carmen da Silva é de extrema relevância e pode-se considerar o precursor dos posteriores posicionamentos e surgimentos de movimentos femininos organizados no país, até porque estes movimentos são constituídos por mulheres que atuaram conjuntamente para alcançar objetivos comuns, sejam esses feministas ou não (ROWBOTHAM apud MOLYNEUX, 2003, p.226).

O fato é que surgia na década de 60 e 70 uma representação, de certo modo, midiática própria para a difusão dos valores do gênero feminino. E não apenas com Claudia, após o “período da luta armada”⁵⁴ surgem outras fontes informativas dentro deste panorama feminino brasileiro, como por exemplo os jornais “Brasil Mulher” e “Nós Mulheres”.

Ambos os jornais tratam-se de criações 100% femininas, tanto na autoria quanto nas temáticas, que começaram a ser produzidas e espalhadas informalmente pelas próprias militâncias de esquerda entre os anos de 1975 e 1980, em especial no Estado de São Paulo, para que houvesse ampla divulgação das ideias dentro dos próprios movimentos.

”No período-pós 1975, o primeiro jornal dirigido às mulheres e feito por mulheres foi o Brasil Mulher, publicado pela Sociedade Brasil Mulher (foram 16 edições regulares e mais quatro denominadas “extras”), de 1975 a 1980. O segundo, Nós Mulheres, publicado pela Associação de Mulheres,⁴ teve oito edições, que circularam de 1976 a 1978. O fato de estarem vinculados a uma associação já mostra que esses jornais eram instrumentos de divulgação de coletivos de mulheres organizadas e, como tal, davam cobertura a assuntos não veiculados pela imprensa oficial, na época sob forte censura

⁵⁴ SACHETTA, Vladimir. Memórias da Ditadura. GRUPOS DA LUTA ARMADA. Disponível em: < <http://memoriasdaditadura.org.br/grupos-da-luta-armada/index.html> >: acesso as 01h44min do dia 04 de novembro de 2018.

política, refletindo o pensamento político da militância feminista.”⁵⁵

A metodologia destes jornais era de uma “imprensa alternativa” com viés político, ideológico e libertário. E seu funcionamento foi possível devido ao esforço dos próprios idealizadores que financiavam as edições mensalmente. E mesmo se tratando de um período menos hostil da ditadura, os movimentos preferiram manter em sigilo todas as ações e produções democráticas que advinham esta imprensa que de tanto expandir acabou chegando a “falência” devido à ausência de apoio capital.

“De modo geral, a situação financeira dos jornais, durante toda sua existência, foi muito precária. É ilustrativo que o Brasil Mulher e o Nós Mulheres passem a publicar pequenas notas incentivando a colaboração mensal, com o objetivo de sensibilizar as leitoras para a necessidade de não só comprar e divulgar os jornais, mas também de apoiá-los financeiramente a partir do aumento do número de assinantes e daqueles colaboradores que o Brasil Mulher denominava de sócios honorários, que mensalmente colaboravam com uma quantia fixa. (...) Naquela época, não existia ainda a prática, hoje tão disseminada, de apoio de fundações e outras organizações da sociedade civil, nacionais ou internacionais, a projetos de cunho social, como foi o caso do jornal O Mulherio, que já surgiu institucionalizado.”⁵⁶

Mesmo tendo chegado ao fim de suas atividades publicadas, pode-se dizer que estes jornais se tornaram um marco histórico por tratar de temáticas “novas” numa realidade sócio-política desfavorável, e principalmente pela proporção que suas mensagens tomaram a partir de então. Tendo em vista toda a auto-organização de mulheres nas periferias em busca da garantia de direitos sociais, pelo fim da discriminação, por uma autonomia no que se refere a sexualidade; e reinventando uma nova forma de fazer política junto com a luta reivindicativa das classes populares. Só assim pode-se entender o papel

⁵⁵ LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **BRASIL MULHER E NÓS MULHERES: ORIGENS DA IMPRENSA FEMINISTA BRASILEIRA**. Estudos feministas, Florianópolis. PUC-SP. 2003. p. 2

⁵⁶ LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **BRASIL MULHER E NÓS MULHERES: ORIGENS DA IMPRENSA FEMINISTA BRASILEIRA**. Estudos feministas, Florianópolis. PUC-SP. 2003. p. 4

desempenhado pelos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres nessa conjuntura⁵⁷, junto às demais mídias e esforços comunicativos dos que defendiam a causa.

2. 3 RESISTÊNCIA FEMININA

Mas, como a historiografia pode bem relatar, o período do Regime Militar no Brasil se destacou principalmente por toda a onda de repressão, maus tratos, humilhações e limitações que deixaram marcas positivas e negativas na sociedade. Mesmo que esta opinião não seja unânime.

Negativa no que se refere à imposição de regras e valores que não contemplavam a população como um todo e que deturpava toda a lógica de liberdade e de democracia. E positiva porque tais fatos despertaram uma união revolucionária por parte de diversos movimentos e até mesmo por indivíduos independentes (conscientizados) que se dedicaram física e psicologicamente para demonstrar suas razões opositoras que naquele momento exigiam o fim do regime militar.

Homens, mulheres, homossexuais, estudantes (em sua maioria, universitários), famílias e líderes de diversas religiões, etnias e costumes, uniram-se num só propósito. E muitos seguidores que inicialmente apoiaram a instauração da ditadura, pouco depois se colocaram contra o regime devido à insatisfação com o abuso de poder. Dentre elas, a mais expressiva foi a Igreja Católica, que como já dito neste trabalho, foi uma das maiores colaboradoras para a instauração da ditadura em 1964, mas na década seguinte se tornou a maior opositora, o que contribuiu significativamente para o enfraquecimento do regime, tendo em vista que a maior parte da população era católica, ou seja, “submissa” aos posicionamentos do prelado da Igreja.

“Em 13 de dezembro de 1968, o governo ditatorial baixou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), concedendo amplos poderes ao presidente da República, inclusive, o de cassar mandatos de deputados, senadores, vereadores e ministros e intervir nos Estados e Municípios, além de suprimir a liberdade de imprensa e de manifestações populares e de suspender o habeas corpus

⁵⁷ LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **BRASIL MULHER E NÓS MULHERES: ORIGENS DA IMPRENSA FEMINISTA BRASILEIRA**. Estudos feministas, Florianópolis. PUC-SP. 2003. p. 5

para diversas situações. Diante dessa completa quebra do estado de direito e das prisões que passaram a ocorrer, os partidos de esquerda se organizam para a resistência. Estudantes e trabalhadores foram os que mais responderam ao chamado e as mulheres vieram juntas para essa resistência, nas Escolas, Universidades e fábricas.”⁵⁸

Foi em meio a este processo de oposição e resistência, que algumas vítimas puderam depois relatar a experiência vivida, como a jovem universitária e ativista política, Dilma Rousseff, presa e torturada na década de 70. Fatos que foram descritos pela própria vítima, que ganhou visibilidade mundial principalmente após se tornar um dos grandes nomes do Partido dos Trabalhadores, sendo ministra-chefe da casa civil no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e posteriormente conquistando o mandato presidencial entre os anos de 2011 a 2016.

Em entrevista a Comissão Nacional da verdade (CNV) ⁵⁹, Dilma relatou:

“Eu tinha 19 anos, fiquei três anos na cadeia e fui barbaramente torturada. (...) Acho que nenhum de nós consegue explicar a seqüela. A gente sempre vai ser diferente. As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim” ⁶⁰.

Dilma participou de vanguardas revolucionárias de cunho marxistas que atuaram diretamente na luta armada pelo fim do regime militar, o que a categorizou como inimiga pública do governo vigente, levando-a ao cárcere. Ela relatou que durante este período de prisão recebeu outras punições internas como a palmatória (diariamente), socos, foi para pau de arara e levou

⁵⁸ ROCHA, Ivete Caribé. AS MULHERES DA DITADURA: DEPOIMENTOS SOBRE LUTAS, PRISÕES E TORTURAS. Disponível em: < <https://www.xapuri.info/ditadura-militar/as-mulheres-da-ditadura-depoimentos-sobre-lutas-prisoas-e-torturas/> > acesso às 15h47min do dia 23 de novembro de 2018.

⁵⁹ Esta comissão foi criada justamente por Dilma em seu primeiro mandato presidencial com intuito de investigar as graves violações aos direitos humanos cometidos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

⁶⁰ROSSI, Marina. EL PAÍS. **As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim.** Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/10/politica/1418211333_054839.html > acesso às 16h45min do dia 19 de novembro de 2018.

choques elétricos. Além disso, após ser liberada foi proibida de se envolver em meios políticos por 18 anos⁶¹.



Descrição: fotografia da ficha criminal de Dilma Rousseff

Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/10/politica/1418211333_054839.html

Na mesma prisão que Dilma, a jornalista (ligada a TV Cultura e ao jornal Folha da Tarde) e militante da Aliança Libertadora Nacional – ALN, Rosimeire Nogueira Clauset, mais conhecida como Rose Nogueira, foi presa por pesquisar e divulgar casos de corrupção e abuso de poder por parte do governo (1969).

“Levada ao Deops, Rose Nogueira foi torturada. A militante foi transferida para o Presídio Tiradentes às vésperas do Natal de 1969. Durante sua prisão, dividiu a cela com mais de 50 mulheres, entre elas a presidenta Dilma Rousseff. Eram conhecidas no presídio como “as donzelas da torre”, ala que abrigava presas políticas do regime militar. Foi solta após nove meses, mas ficou sob liberdade vigiada. Por dois anos, teve de assinar semanalmente um livro na auditoria militar. Em 1972, foi julgada e absolvida.”⁶²

Em suas análises ela identificou a atuação de famílias tradicionais - FT que apoiaram a instauração da ditadura, constatando acordos financeiros entre

⁶¹ SACHETTA, Vladimir. MEMÓRIAS DA DITADURA. GRUPOS DA LUTA ARMADA. Disponível em: < <http://memoriasdaditadura.org.br/grupos-da-luta-armada/index.html> >: acesso às 13h24min do dia 19 de novembro de 2018.

⁶²SACHETTA, Vladimir. MEMÓRIAS DA DITADURA. ROSE NOGUEIRA. Disponível em: < <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/rose-nogueira/> >: acesso às 13h45min do dia 26 de novembro de 2018.

estas elites e o governo, como estratégia de benefício mútuo entre as partes envolvidas.

“A família Frias apoiou o golpe, tirou proveito econômico dele e emprestou a FT à ditadura. Segundo militantes de esquerda da época, também cedeu camionetes de distribuição de jornais para campanhas da polícia política, além de participar da *caixinha* que financiou a repressão.”⁶³

Por tais atividades ela acabou sofrendo perseguições, sendo presa e torturada. Mas o grande destaque de sua prisão é o fato dela se encontrar de licença maternidade na época, e foi presa quando seu filho estava recém-nascido (33 dias de nascimento), sendo expulsa do trabalho por registro de abandono (feito de forma indevida devido a informações falsas contidas no documento, como a própria data de nascimento da criança) e acusada de terrorismo⁶⁴.

Em um áudio gravado e analisado pela CNV, a mesma relatou:

“Eu fui presa pelo DOPS, pelo delegado Fleury. Havia passado mais ou menos um mês da minha prisão quando eu comecei a ser mais apertada, porque eles queriam saber do frei Beto. Foi quando apanhei, era uma sala escura, com luz forte. Eu comecei a passar mal. Eu tinha leite, sangrava, não existia absorvente, imaginem vocês que tiveram filhos, um mês depois do nascimento você ficar sem absorvente... Nesse período, um dia eu estava com uma febre muito alta. Mandaram os médicos para me olhar. Eu lembro que o sobrenome dele era Padilha e ele mandou dar uma injeção para cortar o leite.”⁶⁵

Mesmo tendo vivido tantos traumas físicos e psicológicos que lhes permitiram as reviravoltas em sua vida política e profissional, alguns anos depois Rose tornou a atuar como militante, além de escrever um livro que recupera o trabalho e a história da comissão independente.

“Desde 2000, Rose Nogueira integra o Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo. Entre 2006 e 2009, presidiu o Conselho

⁶³SACHETTA, Vladimir. MEMÓRIAS DA DITADURA. ROSE NOGUEIRA. Disponível em: < <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/rose-nogueira/> >: acesso às 13h45min do dia 26 de novembro de 2018.

⁶⁴ ROSE NOGUEIRA: A FICHA (VERDADEIRA) DA FOLHA. VIOMUNDO (depoimento). Disponível em: < <https://www.viomundo.com.br/radio/rose-nogueira-a-ficha-verdadeira-da-folha.html> > acesso às 14h10min do dia 26 de novembro de 2018.

⁶⁵ ROSE NOGUEIRA: A FICHA (VERDADEIRA) DA FOLHA. VIOMUNDO (depoimento). Disponível em: < <https://www.viomundo.com.br/radio/rose-nogueira-a-ficha-verdadeira-da-folha.html> > acesso às 14h10min do dia 26 de novembro de 2018.

Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe-SP) e, em 2007, publicou o livro “Crimes de Maio”. Em 2011, recebeu o título de Cidadã Paulistana. Com a instalação da Comissão Nacional da Verdade, Rose Nogueira passou a contribuir para a investigação dos crimes da ditadura militar através da Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas.”⁶⁶

19/6

Empresa Folha de Manhã S/A
Al. Berço de Limeira, 425

Abandonado

REGISTRO DE EMPREGADO

Nome: **ROSEMARY NOGUEIRA CLAUSET. -1-**

Nacionalidade: **brasileira.**

Lugar do nascimento: **Jacareí - Est. São Paulo.**

Data do nascimento: **12/fevereiro/1946** Estado Civil: **casada**

Residência: **Rua Capitão Prudente, apto.5 No 190**

Cidade: **Pinheiros** Telef: _____

FILIAÇÃO

Nome do pai: **Bernardo Nogueira Marques** Nacionalidade: **brasileira.**

Nome da mãe: **Yvone Guerra Marques** Nacionalidade: _____

QUANDO ESTRANGEIRO

Data da chegada ao Brasil: _____ de _____ de _____

Registro no: _____ Emitido em: _____/_____/_____

Carteira Prof: _____
Carteira de Registro no: _____
Carteira de Cadastro: _____
Carteira de Certificação: _____
Carteira de Registro: _____
Carteira de Sindicato: _____

Tirado em: _____

Categoria e ocupação: _____
Salário: **NCR\$615**
Horário de trabalho: _____

6. 1:30PM

Côr: **branca**
Cabelo: **castanho**

Descrição: registro falsificado de abandono ao emprego de Rose Nogueira.

Fonte: <https://www.viomundo.com.br/radio/rose-nogueira-a-ficha-verdadeira-da-folha.html>

Também pela Comissão Nacional da Verdade, a história do casal de estudantes Suzana Lisboa e Luiz Eurico Tereja Lisboa do Colégio Estadual Júlio de Castilhos - RS, mais conhecido como “Julinho”, tornou-se conhecida. Suzana (a relatora do caso) destrincha como se deu a participação dela e de seu esposo na luta contra o fim do regime militar no Brasil e os motivos que os impulsionaram a atitudes revolucionárias durante e pós-ditadura.

⁶⁶SACHETTA, Vladimir. MEMÓRIAS DA DITADURA. ROSE NOGUEIRA. Disponível em: < <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/rose-nogueira/> >: acesso às 14h10min do dia 26 de novembro de 2018.



Descrição: Suzana Lisboa em depoimento sobre a ditadura (2016)

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=xuqDzBzQuil>

Ainda quando estudantes, membros do movimento estudantil gaúcho, o casal fez parte ativa da comissão mobilizadora que pedia reabertura do grêmio estudantil do “Julinho” que havia sido fechado pela direção da instituição por considerá-lo uma ameaça ao comportamento estudantil em oposição às decisões do governo militar. Segundo Suzana, a direção alegou que os temas e as exigências que o grêmio estava tomando iam de encontro com a atual proposta de governo e isso não era (naquele momento) aceitável. Inconformados, os alunos resistiram e deu continuidade as atividades do grêmio de forma clandestina (1968). Esta ação revolucionária dos estudantes gerou numa reação radical da direção escolar que requisitou a presença do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS que os enquadraram e prenderam na Lei de Segurança Nacional pela tentativa de reabertura de uma entidade considerada ilegal, viabilizando assim um ato de censura dentro da instituição educacional.

“A direção do Julinho fechou o Grêmio porque não aceitava a participação que a gente estava tendo. Fizemos um jornalzinho porque houve uma repressão muito forte nas passeatas, e lá dizia: ‘Que país é esse que sua bandeira empresta pra encobrir tanta infâmia e covardia?’ Aí fecharam o Grêmio. Montamos uma barraca na frente da escola, onde funcionava o Grêmio Livre. O Luiz Eurico era meu namorado na época. Ele não era mais aluno, mas era da União Gaúcha dos Estudantes Secundários (UGES). Levamos à UGES um abaixo assinado pedindo a reabertura do grêmio. O Luiz Eurico e o Claudio Gutierrez foram

na direção da escola levar. O diretor chamou o DOPS no colégio. Eles foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional pela tentativa de reabertura de um entidade ilegal”⁶⁷

A prisão não perdurou por muito tempo, rapidamente o DOPS os liberaram, mas mesmo assim este acontecimento serviu de impulso para que dali em diante o casal e, alguns outros membros do grêmio, se tornassem ativistas. Adentraram a ALN ainda em 1969, e no ano seguinte fizeram treinamento de guerrilha em Cuba. Retornando ao Brasil em 1971, buscaram dar continuidade as atividades na ALN, mas, em 1972, Eurico Lisboa é tido como desaparecido. A partir de então Suzana adentra a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e também na luta pela anistia. Em meio às investigações o grupo descobre que Eurico estava enterrado em um cemitério em São Paulo com o nome de Nelson Bueno e nos registros da causa de sua morte constava suicídio. Para Suzana, ali já se configurava mais um crime realizado pelos militares, pois segundo a Comissão, o índice de registros de “suicídios” havia crescido significativamente naquele período e todas as vítimas eram “coincidentalmente” opositores do regime. Suspeita que para muitos fora concretizada décadas seguinte após ser feita uma nova análise pericial por meio da CNV, constatando o não assassinato de Eurico Lisboa.

Mas, para Suzana ainda há muito o que ser feito para diminuir toda a obscuridade dos tempos de ditadura, pois mesmo décadas após a queda do regime, muitos familiares permanecem sem ao menos ter uma explicação confirmada do desaparecimento de seus parentes. Por isso ela permanece vinculada à Comissão e atuando como militante dos direitos humanos.

“A tortura foi sistemática desde 64. Existia a pena de morte, mas eles matavam ilegalmente e ainda escondiam corpos. É incrível que, 50 anos depois, ainda tenha gente que chame aquilo de revolução. Enquanto houver uma pessoa de bem nesse país, que não seja um assassino ou torturador, que ache que aquilo foi uma revolução, nós temos que falar, temos que lembrar o que foi. Os crimes cometidos em nome do Estado brasileiro não

⁶⁷ MONDIN, Thamiris. SUZANA LISBOA RELEMBRA ANOS DE REPRESSÃO NO BRASIL. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Pol%C3%ADtica/2014/4/522179/Suzana-Lisboa-relembra-anos-de-repressao-no-Brasil> > acesso às 11h13min do dia 20 de novembro de 2018.

foram investigados, não foram julgados, e só isso vai permitir que a gente dê um passo a frente para a construção de uma democracia plena. Enquanto existir essa impunidade, vão desaparecer pessoas, como o Amarildo. Amanhã será outro. A impunidade de hoje se perpetua em cima dos crimes do passado que não foram punidos”⁶⁸

Em 1971, Clair da Flora Martins, advogada e primeira mulher a exercer o cargo de deputada federal pelo Paraná (2003 – 2007), foi presa e torturada pelo DOPS, passando por todos os mesmos procedimentos punitivos que Dilma Rousseff relatou ter sofrido. Além disso, Clair destaca que passou fome e foi obrigada a ficar nua durante a prisão e que a pressão psicológica era ainda mais forte do que toda a agressão física, pois a maioria das pessoas presas pela ditadura vivia o tormento de não saber se seriam soltas ou se pretendiam matá-las, tendo em vista o significativo número de desaparecidos que surgira na época.



Descrição: Clair Martins em depoimento sobre a ditadura para DHPAZ (2013)

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=Bx50IbZnK7w>

Clair atuou na Ação Popular - AP, movimento criado na década de 60 e regido pela militância jovem católica (JUC) em parceria com a Ação Católica Brasileira - AC, todos categorizados como movimentos da “esquerda cristã”. O que mais uma vez indica que os cristãos católicos não foram unânimes no

⁶⁸ MONDIN, Thamiris. SUZANA LISBOA RELEMBRA ANOS DE REPRESSÃO NO BRASIL. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Pol%C3%ADtica/2014/4/522179/Suzana-Lisboa-relembra-anos-de-repressao-no-Brasil> > acesso às 14h10min do dia 20 de novembro de 2018.

apoio a instauração da ditadura e que muitos acabaram colaborando nas articulações e manifestações contra o regime. Foi por estas atividades que Clair acabou passando 40 dias na solitária e vivendo a base de torturas físicas e mentais.

Em março de 2014 a OAB do Paraná realizou um evento com o título “50 Anos do Golpe Civil Militar – Para que não se esqueça, para que não mais aconteça”, com o objetivo de rememorar a luta de políticos da região que foram presos, mortos e/ou torturados pela ditadura, e também de ressaltar a importância da resistência de muitos advogados que lutaram contra o regime e se prestaram a defender juridicamente muitos dos que eram presos pela ditadura. Dentre os homenageados, Clair se destacava por compor as duas categorias memoradas no evento (advogada e política).

Em discurso neste evento, o então presidente da OAB – Paraná, Juliano Breda, que também assumira o cargo de presidente da Comissão da Verdade da Seccional, ressaltou:

“A homenagem a estes bravos advogados serve para não nos esquecermos deste pequeno fragmento conhecido do período de escuridão da nossa recente história política. Fala-se em direito ao esquecimento. Não se esquece aquilo que não é conhecido. É necessário conhecer o crime e o criminoso. Querem que esqueçamos o grito de inúmeras criaturas humanas que foram martirizadas e assassinadas”.⁶⁹

Contudo, os relatos tanto de experiências vividas como das marcas que visivelmente a ditadura causou ao estado físico, psicológico de pessoas, órgãos profissionais e entidades étnico-religiosas, servem para que tanto os apoiadores quanto os opositores do regime militar realizem análises pessoais das causas e consequências deste período, desta proposta de governo, para que assim possam destrinchar e comprovar os benefícios e/ou malefícios disto para com a população e o progresso nacional. Mas não apenas isto. Serviu e serve também para que gerações posteriores possam justificar, ou não, seu apoio ao processo de “redemocratização” ocorrido pós-regime militar e permanente até a atualidade (2018), tendo em vista os parâmetros da

⁶⁹ OAB – Paraná. ATO PÚBLICO NA OAB RELEMBROU OS 50 ANOS DO GOLPE E A RESISTÊNCIA À DITADURA. Disponível em: < <https://www.oabpr.org.br/ato-publico-na-oab-relembrou-os-50-anos-do-golpe-e-a-resistencia-a-ditadura/> > acesso às 20h04min do dia 23 de novembro de 2018.

Constituição Cidadã promulgada em outubro de 1988, de modo que as vozes caladas agora fossem ouvidas e que as diferentes expressões populares não fossem banidas, desde que estas respeitem as teorias de livre discordância por parte do outro, deste modo, legalizando uma lógica de igualdade de direitos.

CONCLUSÃO

Falar sobre a memória da mulher e seu histórico processo de luta e resistência durante o regime militar é algo importante e necessário diante de uma sociedade que viveu por muitos séculos as limitações de uma tradição religiosa e que em muitos casos permanece a subjugar aqueles que não comungam dos mesmos hábitos.

Mesmo após tanta evolução da ciência, muitos ainda vivem o que pode ser chamado de “alienação da visão sócia”, em que o diferente se torna errado a partir do momento que eu não o aceito e nem me permito sair do comodismo das minhas vontades individuais e da minha visão de mundo.

O que este trabalho propõe é destacar os problemas político-sociais que essas diferenças de tratamento causam ao desenvolvimento e ao bem estar coletivo, com destaque para as desigualdades de direitos entre homens e mulheres, elevando o discurso de mulheres que vivenciaram maus tratos físicos e psicológicos por tentarem ser aquilo que gostariam de ser; para poder viver suas escolhas, ter liberdade de optar por suas vontades de acordo com perspectiva do seu gênero e não pelas imposições de outro gênero.

É a análise de uma mulher (autora deste trabalho), que avaliou a realidade de várias mulheres que viveram e escreveram os problemas femininos de uma época em que o machismo era regra sustentada pelo governo. Com o intuito de que esta reflexão se torne ainda mais fecunda em meio ao gênero feminino, e que as demais categorias de militantes que lutam pelo fim das desigualdades sociais, culturais e de gênero possam alcançar êxito em suas empreitadas pelo benefício da população. O fim do preconceito e a igualdade de direitos é a meta.

Viver num país laico é dar laicidade as suas leis e regras, e até isto se perpetuar às pessoas devem permanecer se manifestando e buscando alcançar este objetivo, seja pela mídia, pelas instituições de ensino de todos os níveis, por meios artísticos e culturais, ou pelo simples e democrático direito do voto, que por sua vez deve ser praticado com consciência coletiva.

REFERÊNCIAS

ALA VERMELHA. Por um grande debate revolucionário em nosso Partido. Rio de Janeiro: APERJ/Fundo Daniel Araújo Reis, 1966.

COLLING, Ana Maria. **AS MULHERES E A DITADURA MILITAR NO BRASIL**. VIII Congresso Luso – Afro – Brasileiro de Ciências Sociais Coimbra. 2004.

D'ARAÚJO, Maria Celina. O AI-5. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> > : acesso às 00h19min do dia 07/09/2018.

EL PAÍS. Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/10/politica/1418211333_054839.html > acesso às 16h45min do dia 19 de novembro de 2018.

FAHS, Ana C. Salvatti. MOVIMENTO FEMINISTA. Disponível em: <http://www.politize.com.br/movimento-feminista-historia-no-brasil/> >: acesso as 00h02min do dia 19 de fevereiro de 2018.

FERREIRA, Jessica Lobato. **A revista Cláudia e a família tradicional brasileira: O feminismo de Carmen da Silva, nas páginas da imprensa conservadora**. 3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia - Universidade Federal de Juiz de Fora. 2014.

FREITAS, Vlademir Passos. A MULHER NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS NOS ANOS 1960. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-abr-30/mulher-jurisprudencia-tribunais-anos-1960> >: acesso às 20h16min do dia 21 de maio de 2018.

GALVÃO, Patrícia. 1910-1962. **Paixão Pagu: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão** / organizador Geraldo Galvão Ferraz. 1ª edição. Rio de Janeiro. 2005.

INSUELA, Julia Bianchi Reis. Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e auto-biografia. Brasil 1968-1971. Julia Bianchi Reis Insuela. 2011. Programa de Pós –Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense; mestranda.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **BRASIL MULHER E NÓS MULHERES: ORIGENS DA IMPRENSA FEMINISTA BRASILEIRA.** Estudos feministas, Florianópolis. PUC-SP. 2003.

MAIER, Félix. GUERRILHA COMUNISTA NO BRASIL. Disponível em: < <http://portalconservador.com/guerrilha-comunista-no-brasil/> >: acesso às 23h52min do dia 13 de agosto de 2018.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach).** Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. Sexta Edição. Editora Hucitec. São Paulo, 1987.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: < <http://memoriasdaditadura.org.br/grupos-da-luta-armada/index.html> >: acesso as 01h44min do dia 04 de novembro de 2018.

MONDIN, Thamíris. SUZANA LISBOA RELEMBRA ANOS DE REPRESSÃO NO BRASIL. Disponível em: < <https://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Pol%C3%ADtica/2014/4/522179/Suzana-Lisboa-relembra-anos-de-repressao-no-Brasil> > acesso às 11h13min do dia 20 de novembro de 2018.

O golpe de 1964 e seus ensinamentos. Disponível em: < <http://www.grabois.org.br/cdm/principais-documentos/148503/2010-01-13/o-golpe-de-1964-e-seus-ensinamentos-1964> >: acesso às 02h16min do dia 05 de janeiro de 2018.

OAB – Paraná. ATO PÚBLICO NA OAB RELEMBROU OS 50 ANOS DO GOLPE E A RESISTÊNCIA À DITADURA. Disponível em: <

<https://www.oabpr.org.br/ato-publico-na-oab-relembrou-os-50-anos-do-golpe-e-a-resistencia-a-ditadura/> > acesso às 20h04min do dia 23 de novembro de 2018.

PAULA, Adriana das Graças de. **Os Movimentos de Mulheres na Ditadura: uma análise sobre as Mães da Praça de Maio (Argentina) e o Movimento Feminino pela Anistia (Brasil)**. II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-América-Latina. USP. 2016.

Reforma Agrária - Questão de Consciência". Editora: Vera Cruz. 1960. Produzido por: Dom Antonio de Castro Mayer, Dom Geraldo de Proença Sigaud, Plínio Corrêa de Oliveira e Luiz Mendonça de Freitas.

REIS FILHO, Daniel Aarão. DITADURA MILITAR E REVOLUÇÃO SOCIALISTA NO BRASIL. Disponível em: < <http://periodicos.unesc.net/historia/article/viewFile/213/213> >: acesso às 00h46min do dia 24 de janeiro de 2018.

REVISTA CONTEMPORÂNEA – DOSSIÊ GUERRAS E REVOLUÇÕES NO SÉCULO XX. Ano 5, nº 8 | 2015, vol.2 ISSN.

ROCHA, Ivete Caribé. AS MULHERES DA DITADURA: DEPOIMENTOS SOBRE LUTAS, PRISÕES E TORTURAS. Disponível em: < <https://www.xapuri.info/ditadura-militar/as-mulheres-da-ditadura-depoimentos-sobre-lutas-prisoas-e-torturas/> > acesso às 15h47min do dia 23 de novembro de 2018.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura-regime militar e movimento sociais em fins do século XX**. Editora: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003.

ROSE NOGUEIRA: A FICHA (VERDADEIRA) DA FOLHA. VIOMUNDO (depoimento). Disponível em: < <https://www.viomundo.com.br/radio/rose->

noqueira-a-ficha-verdadeira-da-folha.html > acesso às 14h10min do dia 26 de novembro de 2018.

ROSSI, Marina. EL PAÍS. **As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim.** Disponível em <
https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/10/politica/1418211333_054839.html >
acesso às 16h45min do dia 19 de novembro de 2018.

SANT'ANA, Daniel. Mitra Arquidiocesana de São Paulo. **O perfil dos Atingidos – Projeto Brasil: Nunca Mais.** Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro. 1988.

SANTANA, Cristiane Soares. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – ALA VERMELHA: A PRESENÇA DO MAOÍSMO NA ESQUERDA BRASILEIRA. Disponível em: <
http://vencontro.anpuhba.org/anaisvencontro/C/Cristiane_Soares_de_Santana.pdf >: acesso às 02h16min do dia 05 de janeiro de 2018.

SILVA, T. A. D. Ala Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no Estado de São Paulo (1967-1974). 2006, 293 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VERMES, Timur. **Ele está de volta.** Tradução Peterso Rissati. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.